

**“Escreve isto para memória num livro”: vestígios da escrita de Brasil: Nunca Mais (1985)**

**“Write this as a memorial in a book”: tracing the writing of Brasil: Nunca Mais (1985)**



ROMANELLI, Amanda \*

 <https://orcid.org/0000-0002-7929-0236>

**RESUMO:** Este artigo visa contribuir para a discussão sobre o processo de produção do livro Brasil: Nunca Mais, que completa 40 anos em 2025. A obra é reconhecida por sua importância na construção da memória sobre a ditadura civil-militar no Brasil, por meio da denúncia da tortura e das violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado brasileiro. Dessa forma, este estudo propõe-se a analisar não apenas as condições políticas mais amplas em que o livro foi concebido e realizado, mas também as dinâmicas internas e os desafios próprios da realização de um trabalho em grupo, entre pesquisadores e ativistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil: Nunca Mais; tortura; ditadura civil-militar; direitos humanos

**ABSTRACT:** This article aims to contribute to discussions on the production process of Brasil: Nunca Mais, a publication that marks its 40th anniversary in 2025. Recognized for its role in shaping collective memory of Brazil's civil-military dictatorship, particularly through its documentation of torture and state-perpetrated human rights violations, this study aims to explore not only the broader political conditions under which the book was conceived and realized, but also the internal dynamics and challenges inherent to collaborative endeavors.

**KEYWORDS:** Brasil: Nunca Mais; torture in Brazil; civil-military dictatorship in Brazil; human rights in Brazil

*Recebido em: 24/04/2025*

*Aprovado em: 20/10/2025*

---

\* Mestre em História pela PUC-SP, doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da mesma instituição. Bolsista CAPES. E-mail: amanda.romanelli@gmail. O artigo é um desdobramento da dissertação de Mestrado *Brasil: Nunca Mais* – imprensa, transição política e memórias da ditadura, defendida em 2021.



## Considerações Iniciais

*“Escreve isto para memória num livro”  
(Êxodo 17, 14)  
Epígrafe do livro Brasil: Nunca Mais*

Um livro de capa vermelha, com título em grandes letras amarelas, e uma imagem, na cor preta, de uma pessoa ajoelhada em posição de submissão. Esse é *Brasil: Nunca Mais*, publicado pela Editora Vozes, que começou a chegar nas livrarias do país em 15 de julho de 1985, sem qualquer publicidade.

Havia três meses que o Brasil voltava a ter um presidente civil, ainda que eleito de forma indireta, após a interrupção do regime democrático causada pelo golpe militar de 1964.<sup>1</sup> O primeiro governo da Nova República, como foi denominado o período pós-ditadura, tinha a missão dual de preparar o país para o futuro e de lidar com questões não resolvidas do período autoritário que, para muitos, estava no passado.

Mas alguns assuntos estavam interditados, como a punição aos torturadores, em razão da Lei de Anistia, de 1979. Nos limites de uma transição política conservadora, que buscava ser conciliatória, a anistia concedida não foi ampla, geral e irrestrita, conforme a demanda dos Comitês Brasileiros pela Anistia e dos movimentos sociais, ao excluir, por exemplo, indivíduos condenados por terrorismo (Cunha, 2010, p. 32). O texto da lei, na verdade, acabou por determinar a reciprocidade, garantindo a impunidade dos agentes do Estado envolvidos nos crimes de tortura, mortes e desaparecimentos, com o objetivo de “apaziguar a nação e encerrar o debate” (Dias, 2023, p. 241)<sup>2</sup>.

O surgimento de *Brasil: Nunca Mais* interrompeu, dessa forma, certo silenciamento sobre os crimes cometidos por agentes do Estado brasileiro no debate público. A obra de trezentas e onze páginas, com autoria da Arquidiocese de São Paulo, propunha-se a trazer luz

---

<sup>1</sup> José Sarney tornou-se o 31º presidente do país em 21 de abril de 1985, dia em que morreu Tancredo Neves, escolhido em 15 de janeiro daquele ano para o cargo por meio de eleição indireta após conquistar a maioria dos votos do Colégio Eleitoral. Tancredo Neves recebeu 480 votos, ante 180 votos do candidato derrotado, Paulo Maluf, de um total de 686 votantes (69 senadores, 479 deputados federais e 138 delegados das Assembleias Legislativas).

<sup>2</sup> A Lei de Anistia (Lei nº 6.683) foi sancionada em 28 de agosto de 1979 pelo presidente João Baptista Figueiredo e permitiu que cidadãos brasileiros que tivessem cometido crimes políticos, ou conexos com estes, entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, tivessem suas punições anistiadas. Para Gallo (2017), a previsão do benefício para os “crimes conexos” no texto da lei evidenciava a intencionalidade dos militares em estender a anistia aos agentes da repressão, dando legitimidade à tese da anistia recíproca.

à “[...] história das torturas, dos assassinatos de presos políticos, das perseguições políticas e dos julgamentos tendenciosos” (Arquidiocese de São Paulo, 2009, p. 22).

*Brasil: Nunca Mais* é o resultado mais visível do trabalho de pesquisa iniciado em 1979, quando um grupo de advogados, apoiado por Dom Paulo Evaristo Arns<sup>3</sup>, cardeal-arcebispo de São Paulo, e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright, decidiu preservar e analisar os processos que tramitavam no Superior Tribunal Militar (STM) nos julgamentos dos crimes políticos enquadrados na Lei de Segurança Nacional durante a ditadura civil-militar. O trabalho foi financiado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), organização ecumênica com sede na Suíça, e ganhou o nome de *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Foi a análise dessa documentação que trouxe à tona mais uma série de denúncias sobre as torturas, os desaparecimentos e as mortes – mas, dessa vez, com base em registros oficiais, produzidos pela própria estrutura repressiva. Rapidamente, a obra se tornou objeto de reportagens nos principais veículos de comunicação e atingiu o topo da lista dos livros mais vendidos do país. Foram noventa e uma semanas consecutivas na lista de *best-sellers*, o que fez com que se tornasse, à época, o livro brasileiro de não-ficção mais vendido de todos os tempos.

Nos dois primeiros anos após o lançamento, foi reimpresso 20 vezes. Como afirma João Roberto Martins Filho (2002, p. 4), “[...] a memória militante sobre a ditadura militar ganhava, assim, um público significativo, para um país de relativamente poucos leitores”, apesar de custar, à época, mais de 10% do valor do salário-mínimo vigente<sup>4</sup>. Já Caroline Silveira Bauer (2012) avalia que, com *Brasil: Nunca Mais*, a memória sobre a tortura trazida pelo livro passou a ser considerada como oficial. Segundo a autora, essa oficialidade levou os militares brasileiros a afirmarem, naquele momento, que tinham vencido a guerra contra os subversivos, mas perdido a batalha da memória (2012, p. 15). Afinal, a memória é um lugar

---

<sup>3</sup> Dom Paulo Evaristo Arns foi nomeado arcebispo de São Paulo em 19 de outubro de 1970, quando já atuava na defesa dos direitos humanos, marca de toda sua trajetória religiosa a partir de então. Tal atuação foi marcada pelo ecumenismo, característica que o aproximou do pastor presbiteriano Jaime Wright. Foi a Dom Paulo que Wright recorreu, em 1973, na busca de seu irmão, Paulo Stuart Wright, ex-deputado e militante da luta armada que desapareceu por ordens da repressão. A partir de então, os líderes católico e protestante tornaram-se companheiros na chamada teologia das brechas, uma forma de aproveitar quaisquer oportunidades para denunciar as violações de direitos humanos.

<sup>4</sup> Em julho de 1985, o preço recomendado de *Brasil: Nunca Mais* era de Cr\$ 35.000,00, segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, enquanto o salário-mínimo vigente era de Cr\$ 333.120,00. Em valores corrigidos pelo IPCA (índice oficial de inflação do Brasil), em agosto de 2025, o livro custava o equivalente a R\$ 107,21, para um salário-mínimo de R\$ 1.020,42. O salário-mínimo brasileiro atual é de R\$ 1.518,00, e uma edição de *Brasil: Nunca Mais* custa R\$ 135,40 no site da Editora Vozes ([www.livrariavozes.com.br](http://www.livrariavozes.com.br)) em outubro de 2025.

de verdadeiras batalhas (Pollak, 1989), em que tais disputas, entre supostos vencedores e vencidos, fazem-se presentes em eventos traumáticos (Jelin, 2002).

Por esses motivos, *Brasil: Nunca Mais* continua a ser um importante subsídio para a pesquisa histórica sobre a ditadura civil-militar, seja por divulgar os abusos cometidos naquele período, seja por dar acesso às informações dos processos judiciais que tramitaram na Justiça Militar.<sup>5</sup> Quatro décadas após sua publicação, *Brasil: Nunca Mais* também é recordado como um marcante instrumento para a denúncia das torturas cometidas naquele período, evidenciando os métodos e seus praticantes, os torturadores.

O livro foi pensado para ser um marco de memória do período, intenção que está explícita no subtítulo, “Um relato para a história”, mas ainda é visto prioritariamente como fonte, uma vez que a pesquisa teve o importante papel de copiar e trazer a público os processos criminais que, naquele momento, só estavam disponíveis nos arquivos militares. Este artigo, portanto, propõe tratar *Brasil: Nunca Mais* também como objeto, uma perspectiva ainda pouco trabalhada.

A obra, que em 2025 chegou à sua 43ª edição, não tem uma autoria. Foi publicada como um trabalho realizado pela Arquidiocese de São Paulo, sob a coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns e de Jaime Wright. Apenas em 1990, alguns outros poucos participantes tiveram suas identidades reveladas, entre eles, os dois redatores, o escritor Frei Betto e o jornalista Ricardo Kotscho, e o responsável pela coordenação da pesquisa e do texto final, o jornalista Paulo Vannuchi. São poucos os depoimentos sistematizados sobre o processo de produção do livro, apenas relatos fragmentados sobre sua redação. Assim, para a escrita deste artigo, foram recolhidas informações em fontes diversas: depoimentos dos jornalistas Ricardo Kotscho, Frei Betto e Paulo Vannuchi, que estiveram diretamente ligados à escrita da obra; correspondências relativas ao *Projeto Brasil: Nunca Mais*, sobretudo do reverendo Jaime Wright a Dom Paulo Evaristo Arns, disponíveis no site *Brasil: Nunca Mais Digital*; além de reportagens e livros que tratam do processo de produção da obra.

Também interessa ressaltar que o *Projeto* – da pesquisa ao livro – só pôde ser realizado de forma clandestina e em absoluto segredo, graças a uma importante rede de apoio formada por entidades e defensores de direitos humanos, entre os anos 1970 e 1980, como

---

<sup>5</sup> Os processos judiciais analisados pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais* estão digitalizados e podem ser consultados no site *Brasil: Nunca Mais Digital* (<https://bnmdigital.mpf.mp.br>). O acervo físico está sob a guarda do Arquivo Edgar Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), desde a década de 1990.

forma de resistência às ditaduras que se instalaram no Brasil e em outros países do Cone Sul. Sem a eficiência dessa teia de relações, iniciativas como esta, além de outras anteriores ao *Brasil: Nunca Mais*, como a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul (Clamor)<sup>6</sup>, não teriam conseguido denunciar os muitos crimes a que foram submetidos cidadãos brasileiros e de países vizinhos. Essas conexões atuaram nas ações de apoio a refugiados, a presos e a perseguidos políticos, uma vez que, a partir dos anos 1970, a questão dos direitos humanos passou a integrar a pauta das esquerdas no Brasil, em uma renovação da cultura política contra o terrorismo de Estado (Cruz, 2019).

Assim, ainda que o *Projeto Brasil: Nunca Mais* tenha sido realizado em sigilo – ou seja, sem o caráter de uma organização com atuação pública –, seus integrantes fizeram parte dessa rede de apoio e aproveitaram-se das experiências anteriores para colocar em prática estratégias de coleta e difusão de informações, por exemplo. Utilizando-se desse repertório prévio, os responsáveis pela produção do livro reuniram, em um só trabalho, várias das temáticas apresentadas em outras publicações de direitos humanos, como estudos jurídicos sobre as ditaduras de segurança nacional, relatos, testemunhos e denúncias sobre a tortura, conforme apontou Heloisa de Faria Cruz (2019). Por isso, considera-se que *Brasil: Nunca Mais* também fez parte do movimento que publicizou e sustentou a luta em defesa dos direitos humanos.

O objetivo deste artigo é, portanto, contribuir para a discussão sobre o processo de produção da obra. Interessa incitar um debate sobre como o livro foi concebido, não só em meio às difíceis conjunturas políticas do período, mas também diante dos desafios internos, próprios da realização de trabalhos em grupo.

### ***Projeto Brasil: Nunca Mais* – antes do livro, uma pesquisa**

O livro *Brasil: Nunca Mais* é o resultado mais conhecido de um trabalho muito maior, iniciado em 1979 por um grupo de pessoas que, pelo menos desde o início da década de 1970, trabalhavam ativamente pela defesa dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira. A partir da Lei de Anistia, promulgada em 28 de agosto daquele ano, nasceu o

---

<sup>6</sup> Não caberá, nos limites deste artigo, aprofundar as realizações dessas duas iniciativas de defesa dos direitos humanos no Brasil. Mas interessa mostrar que os envolvidos na realização do *Brasil: Nunca Mais* estavam engajados em tal tarefa havia muito tempo. Para mais informações sobre a atuação do Clamor e da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, ver: Andrade e Cruz, 2021; Benevides, 2009; Fester, 2005; Lima, 2003; Rocha, 2018.

*Projeto Brasil: Nunca Mais*. Inicialmente com objetivo de preservar a memória da Justiça brasileira do período ditatorial, acabou se tornando um poderoso instrumento de denúncia dos abusos cometidos pelo Estado brasileiro, por meio da análise da documentação produzida pelo próprio aparato repressivo – no caso, os processos criminais baseados na Lei de Segurança Nacional que tramitaram na Justiça Militar. Foi com a Anistia que os advogados puderam ter acesso a essa documentação, reunida no arquivo do Superior Tribunal Militar (STM).<sup>7</sup>

A advogada Eny Raimundo Moreira é apontada, nas fontes consultadas sobre a história do projeto, como sua idealizadora, por ter sido a pessoa que desejou preservar, de alguma maneira, a documentação produzida pela Justiça da ditadura civil-militar. Eny atuava no Rio de Janeiro, no escritório de Sobral Pinto<sup>8</sup>, notório advogado de presos políticos desde o período do Estado Novo (1937-1945). Os relatos de Sobral Pinto sobre a destruição dos documentos do Tribunal de Segurança Nacional da ditadura de Getúlio Vargas trouxeram a Eny, segundo conta em depoimento que foi coletado pelo Armazém Memória ao *Brasil: Nunca Mais Digital*, o desejo de que algo semelhante não ocorresse com a documentação produzida pelo regime instaurado com o golpe de 1964. Em uma de suas viagens ao exterior, a advogada dividiu o desejo de preservar os arquivos da Justiça da ditadura com André Jacques, diretor do Comitê de Movimentos para Evacuados (Cimade, na sigla em francês), entidade francesa que atuava junto a exilados e a refugiados desde a Segunda Guerra Mundial (Armazém Memória, 2013). Em seu depoimento, Eny conta que Jacques sugeriu que viajasse à Suíça para uma visita ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI), entidade ecumênica sediada em Genebra, e procurasse por Charles Roy Harper, coordenador do CMI para os direitos humanos na América Latina. A advogada afirma que foi recebida por Harper e pôde expor a sua intenção de preservar os arquivos e de fazer uma análise histórica sobre tal documentação.

---

<sup>7</sup> Desde a edição do Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, os crimes políticos contra a ordem política, social e contra a Segurança Nacional (tipificados na Lei 1.802/1953) passaram a ser processados e julgados pela Justiça Militar, ainda que os acusados fossem civis. A Justiça Militar é o primeiro órgão julgador do Brasil, instituído em 1 de abril de 1808. Em 18 de julho de 1893, por meio do Decreto Legislativo nº 149, foi instalado o Supremo Tribunal Militar, tendo seu nome alterado para Superior Tribunal Militar em 1946.

<sup>8</sup> O advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto (1893-1991) defendeu diversos presos e perseguidos políticos ao longo de sua atuação profissional, do Estado Novo à ditadura civil-militar. Católico e anticomunista, defendeu o golpe de 1964, mas logo reviu sua posição – tanto que, aos 75 anos, foi preso após o anúncio do Ato Institucional nº 5, em 1968. Sobre Sobral Pinto, ver: SOBRAL Pinto. *Memórias da ditadura*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/sobral-pinto>. Acesso em: 1 out. 2025.

De acordo com as fontes consultadas, há distintas versões sobre como o pastor presbiteriano Jaime Wright e o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, assim como o Conselho, aceitaram liderar o trabalho com os processos judiciais. Importa dizer que o CMI, de maneira sigilosa, viabilizou financeiramente a realização do *Projeto* – todo o dinheiro investido na empreitada veio diretamente da Suíça para o Brasil, de maneira clandestina. A cada visita a Genebra, Jaime Wright voltava com 20 mil dólares, divididos em pacotes que eram amarrados em uma espécie de cinturão colocado à barriga. Assim que chegava ao Brasil, avisava aos integrantes do Projeto que havia trazido chocolates (Figueiredo, 2013, p. 40)<sup>9</sup>.

Outro ponto mencionado nas fontes consultadas sobre a história do *Projeto Brasil: Nunca Mais* é que Dom Paulo pediu para que o trabalho fosse realizado em São Paulo, embora a ideia inicial tenha vindo de uma advogada que atuava no Rio de Janeiro, pois isso facilitaria a manutenção da segurança dos envolvidos. Apesar do pedido, o cardeal-arcebispo de São Paulo nunca comunicou a realização do *Projeto* a seus superiores na Igreja Católica, o que deixa claro o envolvimento pessoal do religioso com o trabalho que estava sendo gestado.

Conquistado o apoio institucional de Dom Paulo e os recursos financeiros que viriam do Conselho Mundial de Igrejas, além de estabelecido o papel de intermediário do reverendo Jaime Wright entre essas duas instâncias, era o momento de montar a equipe para colocar o trabalho em marcha. Cabe dizer que, nos anos iniciais, o *Projeto Brasil: Nunca Mais* tinha outro nome, *Testemunhos Pró-Paz*, e só seria rebatizado em um momento muito próximo da publicação do livro.

A depender da fonte, o número de participantes de *Brasil: Nunca Mais* pode variar muito. Na história do *Projeto*, segundo o site oficial,<sup>10</sup> há a informação, atribuída a Dom Paulo, de que eram cerca de 35 pessoas. Da mesma forma, também foi registrado por Dom Paulo que o *Projeto* “mobilizou ao menos cem pessoas” (Benevides, 2009, p. 99). Certo é que participaram advogados, historiadores, sociólogos, arquivistas e jornalistas, além de outros pesquisadores e auxiliares pontuais, tendo o sigilo e a discrição como principais marcas. Muitas dessas pessoas não foram identificadas, outras nem sequer sabiam a real motivação do trabalho para o qual tinham sido contratadas.

---

<sup>9</sup> O apoio financeiro secreto do CMI tornou-se uma das maiores subvenções individuais da história da entidade, com investimento de mais de 350 mil dólares (Weschler, 1990, p. 25).

<sup>10</sup> Sobre a história do *Projeto*, ver: História (1979-1985). *Brasil: Nunca Mais Digital*. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/historia.html>. Acesso em: 1 out. 2025.

Não cabe discutir se há uma autoria exclusiva na idealização do que viria a ser o *Projeto Brasil: Nunca Mais*, seja de Eny Raimundo Moreira, seja de outras pessoas. Tanto Lawrence Weschler (1990) quanto Lucas Figueiredo (2013), em seus trabalhos, colocam a realização do *Projeto* em uma perspectiva coletiva – a de que um grupo de advogados levou adiante a ideia de conservar os arquivos da Justiça da repressão, em um plano executado sob sigilo por anos. Esse posicionamento faz sentido, uma vez que a preservação do nome dos participantes era uma condição cara para o sucesso do trabalho e para a segurança dos envolvidos.

Os processos que estavam no arquivo do Superior Tribunal Militar, em Brasília, foram sendo retirados por advogados, sob o pretexto de pedidos de anistia. Eram levados para uma central de cópias, montada exclusivamente para a reprodução dessa documentação, e uma vez duplicados, eram enviados para São Paulo. Entre 1979 e 1982, todos os processos encontrados por meio de acórdãos haviam sido retirados do STM, copiados e despachados para a capital paulista. Em São Paulo, as páginas eram microfilmadas, e os rolos, enviados para a Suíça. A partir daí, começava a análise da documentação (Tessitore, 2014).

O objetivo era extrair o máximo de informações possíveis sobre a atuação da repressão contra os seus opositores. Mas havia um fio condutor: era fundamental saber se torturas, mortes e desaparecimentos estavam documentados, como e em que circunstâncias, e se haviam ocorrido, em quais locais e por quem. Diante de informações tão sensíveis, era natural a preocupação com a segurança. A maioria das pessoas que trabalhou no *Projeto* não soube ou soube parcialmente da finalidade de sua atuação. A falta de informações protegia a pesquisa e seus pesquisadores. Somente os poucos coordenadores tinham uma visão total da pesquisa e mantiveram sigilo sobre sua ação.

Entre 1979 e 1983, o *Projeto* analisou 707 processos judiciais e mais de 10 mil documentos relacionados, que somaram quase 1 milhão de páginas. O resultado foi a escrita de uma pesquisa de 6.891 páginas, divididas em 12 volumes e 111 quadros estatísticos (Tessitore, 2014). É importante, porém, ressaltar o que a pesquisa buscou evidenciar na análise da documentação: as informações sobre a prática de tortura e a perseguição a grupos de oposição à ditadura, que foram chamados de atingidos, com prevalência dos integrantes de organizações de esquerda. “Dos 707 processos, 446 se voltavam para abordar atividades das organizações partidárias clandestinas, numa profusão de siglas que ultrapassou a casa das quatro dezenas” (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 9).



Para Jaime Wright, somente a “natureza incomum da ditadura militar no Brasil” permitiu que tantas informações comprometedoras fossem encontradas de forma ordenada, em arquivos regulares. “Sabe, os militares brasileiros eram tecnocratas. Faziam questão de fazer as coisas de acordo com as regras, mesmo que os resultados fossem cruéis e perversos. Por exemplo, eles tinham a obsessão de manter um registro completo de tudo o que faziam. Nunca pensaram que alguém fosse examinar esses registros – certamente não de modo sistemático [...]” (Weschler, 1990, p. 22).

Da pesquisa realizada veio, então, sua versão resumida: o livro.

### **A convocação para a escrita de uma reportagem**

Em 1983, ao fim do extenso trabalho de prospecção, levantamento e catalogação de informações sobre torturas e mortes patrocinadas pelas várias instâncias da ditadura civil-militar, a equipe do *Projeto Brasil: Nunca Mais* deparou-se com uma questão: como levar todo o conteúdo produzido – 6.891 páginas, divididas em 12 volumes e 111 quadros estatísticos – ao público?

Dom Paulo era a favor da produção de um relatório com todo o material tirado dos processos, até como forma de evitar a contestação dos resultados. Jaime Wright concordava com a ideia, mas também defendia a produção de um resumo. Outras pessoas foram consultadas e, por fim, foi decidido que haveria as duas coisas: um grande relatório, que ficaria conhecido como *Projeto A*, e um livro, que passaria a ser chamado de *Projeto B*. A coordenação da produção do livro ficaria a cargo do jornalista Paulo Vannuchi, um dos primeiros a ser contratado para trabalhar no *Projeto*. Ex-militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), Vannuchi era o executivo que coordenava toda a produção da pesquisa em São Paulo desde 1980, quando começaram a chegar as primeiras cópias dos processos de Brasília. Também era ele “[...] quem contratava funcionários, cooptava colaboradores, estabelecia os parâmetros da pesquisa e supervisionava todas as etapas do Projeto, desde o desenvolvimento dos programas de computador até a questão de segurança” (Figueiredo, 2013, p. 28).

Vannuchi tinha histórico na militância contra a ditadura. Iniciou sua atuação política em 1969, quando estudava medicina na Universidade de São Paulo (USP). Entrou para a ALN e foi preso em 1971, quando Eny Raimundo Moreira foi sua defensora. Libertado em 1976, foi trabalhar no Instituto Sedes Sapientiae, onde foi procurado por Luiz Eduardo Greenhalgh para

se unir ao *Projeto*. “Eu comecei na equipe em uma situação de pesquisador, e durante os cinco, quase seis anos de trabalho, foi crescendo o meu papel [...]” (Armazém Memória, 2013).

Definido o coordenador, faltava escolher quem faria a redação do livro. Ao final de 1983, Dom Paulo convidou um jornalista para uma reunião em sua casa, no bairro de Sumaré. Era Ricardo Kotscho, que, à época, trabalhava na *Folha de S. Paulo* (São Paulo, 1921-). O cardeal-arcebispo apresentou ao repórter os originais do *Projeto A* e o convidou para escrever o livro. Mas haveria algumas condições: seu trabalho teria de ser sigiloso e, por isso, Kotscho deveria manter suas atividades no jornal onde trabalhava, de forma a não levantar suspeitas.

Ricardo Kotscho, que havia trabalhado (e trabalharia) em algumas das principais redações do país, já era conhecido de Dom Paulo Evaristo Arns há muito tempo. Católico, fazia parte da Comissão de Justiça e Paz e era até chamado de papa-hóstia pelos colegas (Kotscho, 2006, p. 56). Foram várias as vezes que o jornalista e o cardeal se encontraram na realização de suas funções. Dom Paulo também convocou Frei Betto, frade dominicano que, além de jornalista e escritor, havia sido militante da ALN. Ex-presos político, foi vítima e testemunha daquilo que o livro denunciava, ou seja, as torturas<sup>11</sup>. Reconhecido como escritor, Frei Betto contabilizava, em 2025, mais de 80 obras publicadas, dos mais diversos gêneros. Mas *Brasil: Nunca Mais*, até pela autoria coletiva inicial sob a inscrição da Arquidiocese de São Paulo, não faz parte do rol de livros da sua produção.

Dentre os três, o trabalho de Paulo Vannuchi na realização do *Projeto Brasil: Nunca Mais* é o mais documentado em entrevistas e depoimentos. No caso de Kotscho e Betto, são poucos os registros sobre a experiência de redigir a obra. Em entrevista disponível no site *Brasil: Nunca Mais Digital*, Vannuchi relata sua experiência como responsável pela versão final do livro:

[...] combinamos que os vários textos entregues precisavam ter um tratamento [...], o famoso copidesque<sup>12</sup>. Eu fiquei com essa tarefa e fui lá para minha cidade natal,

---

<sup>11</sup> Ricardo Kotscho e Frei Betto dividiram vários outros momentos, pessoais e profissionais. No início dos anos 1980, Kotscho fez parte de um grupo de oração fundado por Betto chamado Nós – Paulo Vannuchi também fazia parte. Kotscho é coautor do livro *Essa escola chamada vida*, em que recolheu depoimentos de Frei Betto e Paulo Freire – a obra foi lançada em 1985. Mais tarde, os dois estiveram juntos nos dois primeiros anos do primeiro governo Lula (2003-2004). Frei Betto foi assessor especial da Presidência da República e Ricardo Kotscho, secretário de imprensa e divulgação. Paulo Vannuchi foi ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos no primeiro e no segundo governos Lula, entre 2005 e 2010.

<sup>12</sup> Revisão de texto a ser publicado, tendo em vista a correção ortográfica e gramatical, a clareza, a adequação às normas editoriais, os cortes para se obter a extensão devida.

São Joaquim da Barra, na fazenda da minha irmã. Me tranquei durante dez dias no escritório da fazenda e ficava digitando em uma máquina de escrever IBM. [...] um dos grandes objetivos nossos [...] era mostrar que ele [o livro] nunca foi feito por qualquer critério de incitar revanche (Armazém Memória, 2013).

Em seu livro de memórias, *Do golpe ao Planalto*, Kotscho explica brevemente sua experiência como redator de *Brasil: Nunca Mais*. O jornalista disse que o convite feito por Dom Paulo era irrecusável:

Tratava-se de uma iniciativa arriscada para o momento que o país vivia, mas era o tipo de convite irrecusável, meus medos à parte. [...] Nosso maior desafio não foi resumir toneladas de documentos oficiais, mas fazer isso durante vários meses sem ninguém saber, nem a própria família, por razões de segurança. Essa foi minha primeira e única experiência com a clandestinidade. (Kotscho, 2006)

A participação de Frei Betto no *Projeto* também é confirmada, ainda que de forma sucinta, em sua biografia publicada em 2016: “[...] a coordenação do ‘Brasil Nunca Mais’ convidou Frei Betto e o jornalista Ricardo Kotscho para a tarefa [de escrever o livro]. Durante todo o ano de 1984, Betto e Kotscho trabalharam nos capítulos do livro [...]” (Freire; Sydow, 2016).

Em 2024, os três personagens concederam depoimentos ao programa “Coleta de Testemunhos do Memorial da Resistência”, em São Paulo, em que trechos fazem parte da exposição “Uma vertigem visionária – *Brasil: Nunca Mais*”, dedicada ao *Projeto* e aos 40 anos de lançamento do livro. Nas entrevistas, os integrantes deram mais detalhes sobre a produção da obra, a exemplo da fala de Vannuchi em seu depoimento ao Memorial da Resistência (2024), sobre o convite aos dois escritores: “quando o trabalho todo [da pesquisa] está mais ou menos terminado, era uma coisa de elaboração de textos mesmo, né? Aí entram Ricardo Kotscho e Frei Betto para organizar alguns capítulos [...]”. Frei Betto, por sua vez, disse não lembrar de quem havia partido o convite para escrever o livro. Mas afirmou que era muito amigo de Dom Paulo: “[...] várias vezes me pedia para bancar o *ghost writer* dele, ou seja, eu redigia textos, notas, enfim, que ele depois dava o seu estilo [...] tínhamos uma relação de muita confiança”.

Na divisão de tarefas, Betto contou ter recebido uma função específica: “Cabia a mim tudo o que tratava de tortura”. O frei dominicano disse que tais relatos o afetavam menos que

a Kotscho, ainda que tenha ficado encarcerado durante cinco anos, entre 1969 e 1973.<sup>13</sup> “Eu sentia que muitas vezes ele manifestava um certo desconforto diante de tanta crueldade. [...] então coube a mim descrever as torturas [...] toda essa parte da atrocidade da ditadura, ficou a meu cargo”. Kotscho, em seu depoimento, confirmou seu desconforto. Lembrou que seus pais imigraram ao Brasil como refugiados da Segunda Guerra Mundial e disse ter crescido em um ambiente marcado pelas experiências do conflito, o que o fez desenvolver certo “pavor de polícia, de militar”:

[...] eu fiquei tão marcado por aqueles relatos dantescos, terríveis, das torturas, que até hoje eu não li o livro. Eu não reli nem o que eu escrevi. [...] até hoje sou muito marcado por esse período da repressão, embora eu não tenha sofrido nada. [...] As pessoas desapareciam, sabe? (Kotscho, 2024).

Todo o ano de 1984 foi dedicado à escrita do livro. Kotscho e Betto trabalharam em vários locais, como nos fundos de um seminário no bairro do Ipiranga, em uma sala na Cúria Metropolitana, em Higienópolis, e em suas casas. Antes, os realizadores da pesquisa já haviam trabalhado em outros locais, como o Instituto Sedes Sapientiae, no bairro de Perdizes. Diante da menor desconfiança de que o trabalho poderia ser descoberto, toda a operação do *Brasil: Nunca Mais* mudava de local, do dia para a noite (Figueiredo, 2013).

[...] nós íamos discretamente, quase todos os dias, e ali estava o material, que era o material original dos arquivos militares [...]. Então, líamos aquela maçaroca toda, né, os processos, aquela coisa de escrivão [...] e a gente depurar isso para virar o texto que está publicado no livro. [...] E também muitas vezes eu trazia trabalho para o convento e continuava aqui a minha depuração de todo aquele juridiquês militar pro texto jornalístico (Betto, 2024).

Ricardo Kotscho relatou a dificuldade de manter o sigilo, uma vez que não poderia dividir a experiência com a mulher e as filhas, sendo preciso mentir sobre a natureza do trabalho extra a que se dedicava. “Deu um alívio muito grande quando terminou”, relatou. Já Frei Betto afirmou que, nesse caso, a vida religiosa foi uma vantagem, já que, no convento, não precisou dar satisfações sobre as suas atividades.

---

<sup>13</sup> Foi no período em que esteve preso que Frei Betto iniciou a carreira de escritor. Seu primeiro livro é *Cartas da Prisão*, que reúne correspondências que escreveu do cárcere, foi publicado no Brasil pela Editora Civilização Brasileira, em 1977.

Diante de todos os desafios logísticos e de segurança, a dinâmica da escrita, em si, pareceu ser a etapa mais simples do trabalho. “O Betto eu já conhecia há muito tempo, é como se fosse meu irmão, então foi fácil trabalhar com ele”, disse Kotscho (2024), que afirmou que “muito eventualmente” conversava com o Paulo (Vannuchi) e com Dom Paulo.

[...] os documentos que a gente recebia eram em linguagem bem jurídica, e o que o dom Paulo queria era que a gente escrevesse de uma forma que fosse inteligível por todas as pessoas, que é o que o jornalista faz, essa é a função do jornalista, é contar o que está acontecendo de uma forma que todo mundo possa entender. Então não era um trabalho difícil, não tinha apuração, não tinha entrevista [...]. Já recebia o material pronto e reescrevia pro livro, pensando em quem ia ler (Kotscho, 2024).

Jaime Wright era quem aprovava a versão final, com um papel fundamental: garantir a neutralidade e a imparcialidade dos textos. “A minha tarefa específica era desadjetivar o texto – tirar dele quaisquer palavras que pudessem indicar uma posição ideológica ou um lapso de equilíbrio”, afirmou o pastor (Weschler, 1990, p. 23). Houve, portanto, uma grande preocupação com a linguagem utilizada na obra. Não é à toa que o livro é descrito como “uma reportagem sobre a pesquisa, na área dos direitos humanos”. Todo o *Projeto Brasil: Nunca Mais* apoiou-se na pretensão de manter a imparcialidade e a neutralidade, que teria sido garantida pelo uso dos documentos oficiais, extensiva aos textos, expectativa essa que já foi superada pelos estudos históricos, mas que ainda é presente em certa visão de jornalismo.

Com três jornalistas na produção, além de um rigoroso revisor, chamado de caçador de adjetivos, o resultado do livro reforça a intencionalidade de ser imparcial e neutro, noções do jornalismo de que não se deve tomar lados, mas apenas relatar os fatos encontrados na documentação. Apesar disso, tal noção não é possível de ser alcançada, uma vez que todo indivíduo carrega subjetividade e faz uso dela em suas escolhas, seja qual for o material analisado (Romanelli, 2021, p. 59). Sinal disso é que, apesar do esforço para manter a suposta imparcialidade e neutralidade, Wright avaliou que não conseguiu desadjetivar todo o trabalho: “Mais tarde, fiz um relatório ao cardeal indicando que, mesmo assim, alguns adjetivos haviam conseguido infiltrar-se, e ele sorriu e disse: ‘Bom, temos que mostrar os nossos sentimentos, também’” (Weschler, 1990, p. 63). Ou seja, o próprio cardeal Arns, que se considerava jornalista, faz reconhecer que a subjetividade é parte do trabalho humano.

Encerrado o trabalho de edição, o livro foi dividido em seis partes e cinco anexos. O primeiro texto é um prefácio escrito por Dom Paulo Evaristo Arns, com a data de 3 de maio

de 1985. Na sequência, há um segundo prefácio, escrito por Philip Potter, ex-secretário do Conselho Mundial de Igrejas,<sup>14</sup> a pedido do cardeal-arcebispo de São Paulo. Com a data de 5 de junho de 1985, esse foi o último texto a ser incluído no livro<sup>15</sup>. A apresentação foi assinada apenas com local e data – São Paulo, março de 1985. Nela, explica-se a natureza do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, os resultados da pesquisa (*Projeto A*) e os objetivos do livro:

Este livro é a reportagem sobre uma investigação no campo dos Direitos Humanos. É uma radiografia inédita da repressão política que se abateu sobre milhares de brasileiros considerados pelos militares como adversários do regime inaugurado em abril de 1964. É também a anatomia da resistência. (Arquidiocese de São Paulo, 2009, p. 19)

O que se pretende é um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964. É a observância do preceito evangélico que nos aconselha o conhecimento da verdade como pressuposto para a libertação. (Arquidiocese de São Paulo, 2009, p. 24)

Neste trecho, é possível identificar três elementos basilares da obra: a expressão de uma certa cultura dos direitos humanos, que nasceu como forma de resistência à ditadura, de modo que o livro se propõe a analisar sua anatomia; um apelo à consciência nacional, por meio da iluminação de uma realidade obscura – a criação, portanto, de uma experiência pedagógica por meio dessa consciência; e, por fim, o preceito evangélico que orienta o caminho para a verdade e a libertação, sendo o projeto de uma igreja progressista, por meio de integrantes e simpatizantes, orientada pela Teologia da Libertação.

*Brasil: Nunca Mais* é, portanto, um livro de denúncias sobre a tortura. Este é o tema dominante da obra, tratado em três de suas seis partes, além de nos prefácios e anexos. As partes I (Castigo cruel, desumano e degradante), V (Regime marcado por marcas da tortura) e VI (Os limites extremos da tortura) descrevem os tipos de tortura utilizados pelos agentes dos órgãos da repressão, trazem os relatos de indivíduos que denunciaram as sevícias perante a Justiça e revelam locais onde ocorreram torturas e assassinatos. Foi justamente a revelação

---

<sup>14</sup> Em carta enviada a Jaime Wright, Philip Potter indica o envio do prefácio e pede desculpas por ter excedido o limite de páginas. “Foi uma grande aventura, e estou profundamente comovido pelos riscos assumidos por você e pelos outros membros da equipe, e pela coragem do cardeal Arns em apoiar esse projeto e escrever o prefácio” (tradução própria) (Potter, 1985).

<sup>15</sup> Em correspondência para Philip Potter em setembro de 1985, o pastor Jaime Wright relata uma mudança de última hora no livro, que já estava na gráfica da Editora Vozes. “No momento em que recebi seu prefácio, soube que o livro estava pronto para ser impresso, com apenas duas páginas reservadas para o seu prefácio. Liguei para a editora e para o cardeal Arns e disse que era inaceitável. [...] Com a interferência de Arns, a editora foi forçada a refazer a paginação das provas de modo a imprimir o prefácio que eu traduzi” (Wright, 1985, tradução própria).

dessas informações, retiradas de documentos oficiais, que fez de *Brasil: Nunca Mais* uma obra que se diferenciou de trabalhos anteriores. Nas outras três partes, o livro traz a descrição do sistema repressivo brasileiro, tratando dos atingidos, que são divididos entre organizações de esquerda e setores sociais, como militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos, e discute o arcabouço jurídico utilizado para a perseguição aos opositores ao regime.

Por fim, o enfoque da denúncia da tortura também se faz evidente nos anexos. São cinco, três deles dedicados ao tema. O Anexo II pretende explicar o que é a tortura e como essa prática foi aplicada ao longo da história. O Anexo IV é a reprodução de uma declaração sobre a tortura produzida pelo Conselho Mundial de Igrejas, em agosto de 1977. O Anexo V é a íntegra do texto da Convenção contra a tortura da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada pela Assembleia Geral em 10 de dezembro de 1984<sup>16</sup>.

Cinco dias depois da chegada da obra às livrarias, em julho de 1985, uma pequena nota na edição de sábado do jornal *Folha de S. Paulo* anunciava o lançamento de um “livro sobre a repressão”. Foram apenas 216 palavras e 1.410 caracteres destinados à primeira menção de *Brasil: Nunca Mais* na imprensa brasileira<sup>17</sup>. Em 9 de setembro de 1985, Jaime Wright enviou uma carta para Philip Potter, que havia deixado o cargo de secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas. Na correspondência, que foi acompanhada de um exemplar de *Brasil: Nunca Mais*, Wright contou ao apoiador que “[...] a repercussão do livro excedeu as melhores expectativas. Mando para você a 6ª edição (mais de 62.000 cópias das seis [edições])! A 7ª [edição] será distribuída para as livrarias nesta semana” (Wright, 1985, tradução própria). Os resultados de vendagem mostravam, portanto, o impacto do livro no mercado editorial brasileiro.

### **Cinco anos depois, a revelação dos participantes**

Quando *Brasil: Nunca Mais* foi lançado e as reportagens sobre o livro começaram a ser publicadas, Dom Paulo Evaristo Arns e Jaime Wright eram os porta-vozes oficiais do trabalho. Durante um bom tempo, os religiosos foram os únicos a responder pelo *Projeto*. Símbolos do ecumenismo e da atuação da sociedade civil na ditadura, eles foram os guardiões

---

<sup>16</sup> No prefácio, Dom Paulo Evaristo Arns pede que o governo brasileiro ratifique a Convenção, o que só aconteceu em 1989.

<sup>17</sup> EQUIPE de pesquisadores lança livro sobre repressão. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, ano 65, n. 20.562, 20 jul. 1985. Política, p. 5.

de *Brasil: Nunca Mais*, zelando pela segurança daqueles que participaram da pesquisa e garantindo a credibilidade do trabalho executado, embora sempre tenham deixado claro que havia a colaboração de várias outras pessoas, que permaneceriam em anonimato. Portanto, a informação de que um grupo de pesquisadores havia produzido um amplo material de pesquisa, e que este havia sido resumido em um livro, era de conhecimento público; o nome dessas pessoas participantes, não. Os primeiros integrantes do *Projeto* saíram da clandestinidade apenas em agosto de 1990, cinco anos após o lançamento do livro. O Brasil tinha uma nova Constituição, que havia tornado o crime de tortura imprescritível e inafiançável<sup>18</sup>. O temor de represálias que dominava o período de realização da pesquisa e da finalização do livro, entre 1979 e 1985, estava abrandado.

Em 25 de agosto de 1990, num sábado, o prestigioso caderno *Ideias*, suplemento literário do *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 1891-2010), trazia na capa a manchete “Acerto de contas com a tortura”. A reportagem principal do caderno tratava do lançamento do livro *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*, escrito pelo jornalista norte-americano Lawrence Weschler<sup>19</sup>. Weschler era repórter da revista *The New Yorker* (Nova York, 1925-) e tinha conhecido Jaime Wright em um almoço para a imprensa, em Nova York, no segundo semestre de 1986. O pastor presbiteriano estava nos Estados Unidos para promover o lançamento de *Torture in Brazil*, versão em inglês de *Brasil: Nunca Mais*, que ele mesmo traduziu. Seduzido pela história do trabalho sigiloso da pesquisa, o jornalista desembarcou em São Paulo naquele mesmo ano. Seu objetivo era conhecer e entrevistar o maior número possível de participantes do *Projeto* – até então, à exceção de Jaime Wright e Dom Paulo, nenhum colaborador da pesquisa e do livro havia falado com jornalistas sobre o assunto (Weschler, 1990, p. 26).

As investigações de Weschler sobre *Brasil: Nunca Mais*, incluindo a descoberta da identidade e a entrevista com participantes do *Projeto*, resultaram em uma reportagem publicada na *The New Yorker*, em duas partes, nas edições de 25 de maio e 1 de junho de 1987. Os textos serviram como base para o livro lançado três anos depois, primeiro nos

---

<sup>18</sup> A Constituição Federal de 1988 trata do crime de tortura em seu Artigo 5º, inciso XLIII. Em 25 de julho de 1990, foi sancionada a Lei 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, insere a prática de tortura nessa categoria. Apenas em 1997, com a Lei 9.455 (Lei Nacional de Combate à Tortura), os crimes de tortura são definidos, regulamentando a Constituição.

<sup>19</sup> O *Projeto Brasil: Nunca Mais* também é assunto de *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*, de Lucas Figueiredo, publicado em 2009. Na obra, o jornalista brasileiro traça uma trajetória comparativa da produção de *Brasil: Nunca Mais* e o *Orvil*, a “resposta” dos militares.



Estados Unidos, depois no Brasil<sup>20</sup>. A tradução da obra para o português chegou ao país com informações adicionais em relação ao original, em inglês, publicado no mesmo ano: um posfácio.

Weschler manteve o silêncio sobre a identidade dos integrantes nas reportagens da *New Yorker*, mas, no posfácio do livro, foi autorizado a revelar o nome de quatro importantes participantes do *Projeto Brasil: Nunca Mais*: os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh e Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, e os dois redatores do texto final do livro, Ricardo Kotscho e Frei Betto. Mas fez uma ressalva: o “[...] homem que concebeu e dirigiu todo o projeto, particularmente o processamento de todo o material [...], insiste até hoje em ficar no anonimato” (Weschler, 1990, p. 86). É na reportagem do *Jornal do Brasil* que a identidade desse homem é revelada: tratava-se de Paulo Vannuchi.<sup>21</sup> A matéria, de autoria do escritor e jornalista Zuenir Ventura, repercutiu a revelação da identidade dos participantes e trouxe o furo jornalístico de identificar Paulo Vannuchi como integrante central do *Projeto* pela primeira vez. Mas o texto apresentava também um elemento importante, algo que faltava no livro de Weschler, segundo o autor da reportagem: o clima interno da equipe que produziu a pesquisa e o livro. Assim, Zuenir Ventura questionou:

Ao lado da apreensão diante dos riscos, tão bem descrita, houve com certeza outro tipo de tensão entre os participantes: divergências, disputas de poder, choques de opinião, ciúmes. Sabe-se que há controvérsias, por exemplo, em relação à importância do papel de cada um no grupo, e isso não é sequer citado no livro (Ventura, 1990, p. 8).

Tais disputas são relevantes porque são partes constitutivas do resultado do produto, tanto a pesquisa como o livro. Não se trata de buscar os bastidores por mera curiosidade, mas como forma de entender escolhas temáticas e editoriais. Na reportagem, Ventura buscou contribuir para minimizar essa falha. No trecho dedicado a Eny Raimundo Moreira,

---

<sup>20</sup> Além da produção de *Brasil: Nunca Mais*, o livro também fala sobre a Comissão Nacional Pró-plebiscito do Uruguai, que buscou levar a julgamento os torturadores da ditadura instalada no país entre 1973-1985.

<sup>21</sup> Depois do *Jornal do Brasil*, a revista *Veja* (São Paulo, 1968-) também publicou uma reportagem sobre o livro de Lawrence Weschler, na edição de 29 de agosto de 1990. Em entrevista para o Memorial da Resistência, Paulo Vannuchi recorda o momento em que revelou sua participação no *Projeto Brasil: Nunca Mais*. “[...] eu dei duas entrevistas, uma pro Zuenir, que era o *Jornal do Brasil*, no tempo que o *Jornal do Brasil* era o grande jornal, [...] e pro Mario Sergio Conti, que era o editor de *Veja*. [...] eu não gostava, não queria, né, por perfil, de aparecer, mas assim... o Zuenir eu não podia recusar, porque tinha até uma relação de alguma amizade com ele, e o Mario Sergio, que eu não conhecia, ele vira e fala, não, você tem que falar, não pode, tá todo mundo sabendo, o cara já sabe, não sei o que, então eu dei uma entrevista também pra *Veja* me apresentando [...]” (Vannuchi, 2024).

apresentada como mãe da ideia, é apontado que a advogada “[...] não tem muito prazer em se identificar com o resultado final de *Brasil: Nunca Mais*”. Eny diz: “Não gosto do resultado do livro”, afirmando que “o livro é muito ruim” e que seu “[...] texto foi todo pinçado e acabou irreconhecível”.

A tensão para a produção final do texto é mostrada em correspondências enviadas por Jaime Wright a Dom Paulo Evaristo Arns<sup>22</sup>. Em texto de 25 de outubro de 1984, intitulado “proposta de pauta para conversa com d. Paulo sobre TPP”, sem autoria, mas provavelmente escrito por Jaime Wright,<sup>23</sup> alguns tópicos estão elencados, entre eles, a situação do *Projeto B*, chamado de livro popular. As anotações relativas ao livro abordam a conclusão da redação dos capítulos, a criação de um conselho editorial para decisões sobre conteúdo e forma e data para entrega dos capítulos e de lançamento da obra. Em 14 de dezembro, Wright se comunicou, por carta, com Luiz Eduardo Greenhalgh, sobre uma reunião com Dom Paulo no dia 20 daquele mês. O Projeto B foi novamente pauta de discussão, passando a ser chamado por Wright de “livrinho”.

Entre janeiro e junho de 1985, Wright enviou uma série de cartas a Dom Paulo, cujas mensagens deixarão entrever a tensão da finalização do trabalho e da entrega do livro. Não é possível dizer quais as dificuldades enfrentadas pela equipe nos anos anteriores, uma vez que a documentação disponibilizada trata apenas desse período. Mas é possível constatar que Wright se incomodava, por exemplo, com o atraso nos prazos.

[...] começou a leitura dos capítulos do “livrinho” somente na manhã do dia 09 de janeiro. Eu aceitara o convite para colaborar nesta etapa [...] Julguei, erroneamente, que, assim fazendo, eu poderia apressar esta fase do projeto.  
[...] É evidente para mim que a data que Luiz Eduardo [Greenhalgh] nos deu [...] não será cumprida novamente.  
[...] Estou fazendo tudo para não “esquentar a cabeça” sobre este assunto (Wright, 1985).

Dado o momento em que a pesquisa e o livro foram produzidos, e diante dos riscos enfrentados por seus realizadores no momento da abertura política, há uma tendência de

---

<sup>22</sup> A comunicação escrita está disponível no site *Brasil: Nunca Mais Digital*, online desde 2013. O conteúdo do Acervo do Conselho Mundial de Igrejas relativo à produção de *Brasil: Nunca Mais* é outra parte pouco conhecida desse projeto. A documentação ali disponibilizada não está organizada nem catalogada, sendo, portanto, é uma possibilidade aberta para pesquisadores.

<sup>23</sup> TPP é a sigla de *Testemunhos Pró-Paz*, nome da pesquisa antes de ser batizada de *Brasil: Nunca Mais*. A autoria provável do documento é de Jaime Wright pelas anotações à mão, em inglês, na borda da página. Ainda que nascido no Brasil, Wright era filho de missionários norte-americanos e fez toda formação acadêmica nos EUA.

heroização dos participantes – uma imagem consolidada nas reportagens e até nos livros que tratam da história do *Projeto*. A questão do heroísmo é presente na fala da socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides, na apresentação do livro *Fé na luta*, sobre a Comissão Justiça e Paz. Ela afirma que, ao resgatar a trajetória da Comissão da qual fez parte, não lhe interessa retratar a si e aos outros como “um grupo de pessoas excepcionais, como um ninho de ‘quase-heróis’”, mas sim como um grupo de pessoas comprometidas com a defesa dos direitos humanos (Benevides, 2009, p. 21).

A tentativa de contribuir para a discussão sobre o processo de produção do livro *Brasil: Nunca Mais* também traz essa dimensão humana, em que mesmo nas mais nobres iniciativas, há tensões e dissensões. Ao longo deste artigo, algumas dessas dificuldades foram narradas: desde a necessidade do sigilo absoluto durante seis anos, que exigiu, por exemplo, a mudança inesperada de local de trabalho da equipe sempre que alguma vulnerabilidade fosse constatada, até a subvenção clandestina ao *Projeto*, que levou Jaime Wright a fazer inúmeras viagens entre Genebra e São Paulo, passando por controles aeroportuários, em plena ditadura, com milhares de dólares escondidos.

No plano pessoal, advogados como Eny Moreira e Luiz Sigmaringa Seixas arriscaram-se retirando processos dos arquivos do Superior Tribunal Militar em uma frequência muito maior que a demanda de clientes, sob o perigo de levantar suspeitas de suas reais intenções. Ricardo Kotscho, ao aceitar redigir o livro, contou em seu depoimento do medo de participar de uma iniciativa tão arriscada e a dificuldade em esconder o trabalho até da própria família. Frei Betto, responsável por trabalhar com tudo o que se referia à tortura, repassou pela violência sofrida durante o período em que esteve preso. Jaime Wright também enfrentou o desafio de produzir um texto desadjetivado, marcado pela neutralidade, assim como Paulo Vannuchi buscou, no processo de edição, utilizar critérios que não desabonassem a obra por um suposto revanchismo. Ainda assim, o resultado do trabalho foi contestado por Eny Moreira.

Problemas de ordem burocrática também fizeram parte do cotidiano do trabalho, como a revisão de prazos e atrasos na entrega do texto final relatados por Wright. Uma vez pronto, o livro foi rejeitado pela primeira editora procurada por Dom Paulo Evaristo Arns, a Brasiliense – o editor Caio Graco Prado não quis publicar a obra. O cardeal consultou, então, a Editora Vozes, de Petrópolis, fundada e liderada por franciscanos. Segundo Lucas Figueiredo, em seu livro *Olho no Olho*, a palavra final da Vozes para a publicação veio de um de seus

editores mais experientes, Leonardo Boff. Ainda assim, Dom Paulo deveria se responsabilizar, inclusive judicialmente, pelas informações contidas no livro (Figueiredo, 2013, pp. 49-51).

### Considerações finais

*Brasil: Nunca Mais* é um produto de seu tempo. Conforme nos indica Janaína de Almeida Teles (2012), a obra reflete as ambiguidades e os limites da transição política brasileira. Para a autora, os prefácios e a apresentação do livro destacam aspectos que indicam a atmosfera, as preocupações e os posicionamentos dominantes da época, entre eles, a função pedagógica da história e a sua importância para a agenda *Nunca Mais*, de forma a assegurar que erros e crimes do passado não se repetissem.

Mais do que conhecer como um livro foi produzido, é relevante saber por quem ele foi gestado. No caso de *Brasil: Nunca Mais*, a pesquisa e o livro foram produzidos por muitas mãos. Portanto, também é fruto das pessoas que dele participaram, com suas dificuldades e subjetividades, ainda que a neutralidade, a imparcialidade jornalística e a demonstração estrita da verdade dos documentos tenham sido metas perseguidas por seus realizadores. As escolhas feitas durante a produção da obra demonstram grande influência dos militantes que passaram pela experiência das organizações clandestinas, da luta armada, que foram presos e seviciados, e trazem o peso do que significava denunciar a tortura naquela conjuntura.

O livro explicita sua intenção – a denúncia da tortura –, sua fonte – a pesquisa baseada na análise dos processos que tramitaram na Justiça Militar –, e seu objetivo – para que tais barbáries jamais se repitam. Essa perspectiva é importante para evitar anacronismos, uma vez que o trabalho enfrenta os limites da datação, do momento histórico e das pessoas envolvidas em sua realização. Entender esses aspectos é parte da perda da inocência incentivada por Jacques Le Goff (2016) na desconstrução de documentos como monumentos. Afinal, o documento é “[...] resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram”, mas também “das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver”. Faz parte desse processo, portanto, desmontar, demolir, desestruturar a construção dos documentos e analisar as condições da produção. Este foi o objetivo do artigo.

Lucas Pedretti (2024), ao refletir sobre as permanências da violência de Estado pós-ditadura, apontou os limites da contribuição de *Brasil: Nunca Mais*. Em sua análise, o *Projeto* restringiu os atingidos pela repressão aos casos que tramitaram na Justiça Militar. Nesse recorte, portanto, *Brasil: Nunca Mais* personificaria o atingido na seguinte imagem do homem

branco, jovem, universitário, de classe média ou média alta, morador dos centros urbanos. Desde então, nos últimos 40 anos, outras abordagens e novas fontes sobre o tema têm sido exploradas no campo da História e das humanidades em geral. O perfil dos atingidos se ampliou: hoje, há clareza do alcance da repressão para além das organizações de esquerda, do movimento estudantil e daqueles que foram levados aos procedimentos da Justiça Militar. Trabalhadores urbanos e rurais, povos indígenas, população LGBTQIA+, mulheres, negros e moradores de favelas, entre outros setores sociais, foram atingidos pela repressão, assim como, de certa maneira, toda a sociedade brasileira.<sup>24</sup>

*Brasil: Nunca Mais* completou 40 anos em 15 de julho de 2025, e o conjunto documental salvaguardado pela pesquisa continua sendo uma importante fonte para os pesquisadores do período ditatorial. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), em seu relatório final, mostra-se tributária do legado do *Projeto*. Sobre os antecedentes históricos da CNV, assim é descrita a contribuição de *Brasil: Nunca Mais*: “[...] *Brasil: Nunca Mais* é considerada a maior iniciativa da sociedade brasileira na denúncia de graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar e se tornou obra de referência [...]” (Brasil, 2014, p. 24).

Destacam-se, entretanto, algumas diferenças entre o *Projeto Brasil: Nunca Mais* e o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Conforme pontua Maria Paula Araujo (2012), a questão principal, para o *Brasil: Nunca Mais*, “[...] era o registro e a memória: não permitir o esquecimento do que havia se passado [...]”, uma vez que o “[...] resgate da memória [...] revelou-se uma arma de denúncia da repressão”, não era um objetivo do livro a busca pela justiça, no sentido da punição, mas de um chamado ao esclarecimento e à verdade, com base na noção cristã da verdade como libertação e ensinamento.

Na efeméride deste ano, o livro foi novamente lembrado e revisitado. Não que tenha sido esquecido – a obra, segundo informações da Editora Vozes, manteve vendas estáveis ao longo dos últimos anos, com mais de 280 mil exemplares comercializados.<sup>25</sup> Por isso, diante dessa contribuição para a história e para a memória política da ditadura civil-militar brasileira, faz-

---

<sup>24</sup> Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a procuradora Eugênia Gonzaga defende uma mudança na forma sobre como o país enumera os mortos e desaparecidos na ditadura civil-militar. “Se nós formos computar as pessoas atingidas pelos atos de exceção, a gente passa facilmente do número de 10 mil mortos e desaparecidos políticos no Brasil” (Oliveira, 2024).

<sup>25</sup> As informações foram fornecidas à autora pela Assessoria de Imprensa da Editora Vozes, em consulta realizada em novembro de 2024.

se aqui mais um esforço, por meio de vestígios, para a reconstituição de uma parte da história de *Brasil: Nunca Mais*.

## Referências

ARAUJO, Maria Paula. Comissões de Verdade: um debate ético-político na contemporaneidade. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (Org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2012.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Fé na luta: a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização*. São Paulo: Lettera.doc, 2009.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada*, v. 2, n. 1, ago. 2012.

CRUZ, Heloisa de Faria. Rompendo fronteiras: movimentos e imprensa de direitos humanos no Cone Sul (1970/1980). *Projeto História*, v. 66, p. 255-289, set-dez. 2019.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DIAS, Luiz Antonio. Trilhas da Justiça: revisitando a Lei de Anistia do Brasil (Lei nº 6.683/1979) e seus impactos na justiça transicional. *Trilhas da História*, v. 13, n. 25, p. 235-251, 2023.

FREIRE, Américo, SYDOW, Evanize. *Frei Betto: biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GALLO, Carlos Arthur. O Brasil entre a memória, o esquecimento e a (in)justiça: uma análise do julgamento da ADPF nº 153 pelo Supremo Tribunal Federal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 24, p. 81-114, dez. 2017.

KOTSCHO, Ricardo. *Do golpe ao Planalto: uma vida de repórter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2016.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 2002.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, n. 28, p. 178-201, dez. 2002.

MELLO, Patrícia Campos. Mostras evidenciam as diferenças entre as ditaduras militares do Brasil e da Argentina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, ano 104, n. 34.853, 4 set. 2024. Ilustrada, p. A56-57.

OLIVEIRA, Marcelo. Procuradora: “Vamos ver se muda a visão que a ditadura do Brasil foi a que menos matou”. *Pública*. São Paulo, 15 out. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/10/passa-de-10-mil-procuradora-propoe-recontar-mortos-na-ditadura/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

PEDRETTI, Lucas. *A transição inacabada: violência de Estado e direitos humanos na redemocratização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

ROMANELLI, Amanda. *Brasil: Nunca Mais – imprensa, transição política e memórias da ditadura*. São Paulo, 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

TELES, Janaína de Almeida. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da Vala de Perus. *Anos 90*, v. 19, n. 35, p. 261-298, jul. 2012.